



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

19/03/2014 ATÉ 19/03/2014



INDÍCE

1	BLOG LUÍS CARDOSO	
	1.1 DECISÕES.....	1
	1.2 SELETIVOS.....	2
2	IMIRANTE.COM	
	2.1 DECISÕES.....	3
3	O IMPARCIAL ONLINE	
	3.1 DECISÕES.....	4 5
	3.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	6
4	SEM ASSUNTO	
	4.1 DECISÕES.....	7
5	SITE ADVOGADO NEWS	
	5.1 OUVIDORIA.....	8
	5.2 SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	9
6	SITE IDIFUSORA	
	6.1 DECISÕES.....	10 11
	6.2 OUVIDORIA.....	12
	6.3 VARAS CRIMINAIS.....	13
	6.4 VARAS DA FAMÍLIA.....	14
7	SITE O PROGRESSO	
	7.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	15
	7.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	16
	7.3 VARAS CRIMINAIS.....	17

Em mais uma vitória do escritório Daniel Leite, Atemir reassume o cargo



atemir-botelho-novo-prefeito|

As idas e vindas de prefeitos nos cargos, que de certa forma expõem o poder Judiciário, atrapalham as administrações e conseqüentemente prejudicam a população das cidades.

Zé Doca foi o maior exemplo do jogo travado dentro do Judiciário. Pela manhã o prefeito Mascarenhas era afastado. À tarde assumia Bezileide Claudino e no dia seguinte a mesma Justiça reconduzia Mascarenhas. Foi um jogo de idas e vindas que resultou em 16 afastamentos.

Mais recentemente foi afastado no final de 2013 o prefeito Atemir Botelho, de Alto Alegre do Pindaré, para em seguida assumir o vice. Na semana passada a Justiça reintegrou Botelho ao cargo.

O vice, que nada fez durante todo o período em que esteve à frente do cargo, tentou retornar ao posto, mas foi impedido por iniciativa do desembargador Guerreiro Júnior, que não enxergou legalidade na ação do vice durante o seu plantão.

Na mesma semana, ou dois dias depois, o mesmo Guerreiro Júnior, desconheceu sua decisão anterior e lá retornou o vice, contrariando o entendimento de uma das Câmara Cíveis do TJ. Um grupo de novos advogados, quase todos parentes de desembargadores, articulou o favorecimento ao vice. Estranhamente o recurso do Fundeb sumiu.

Considerado uma das melhores bancas em Legislação Eleitoral, o escritório Daniel Leite & Associados foi contratado pelo prefeito e conseguiu seu retorno ao cargo.

Depois que ele foi afastado, mais uma vez, com farta e sólida argumentação, Daniel Leite advogou ontem mais uma vitória na Justiça. Aliás, neste ano são inúmeras em casos diferentes.

Ontem, por determinação do desembargador Raimundo Barros, Atemir Botelho voltou ao cargo. A suspeita alternância de poder em Alto Alegre do Pindaré vem desde 2012, quando o prefeito foi afastado pela Câmara Municipal, acusado de improbidade administrativa. De lá pra cá é um entra e sai de prefeito que confunde qualquer eleitor. Imagine como fica a cidade.

Presidente do TJMA discute reivindicação de concursados com parlamentares



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu nesta terça-feira (18) a visita de um grupo de deputados estaduais, e esclareceu sobre a situação de aprovados no concurso público de 2011 do Poder Judiciário, que pertencem ao cadastro de reserva e ainda não foram convocados.

Os deputados Neto Evangelista, Bira do Pindaré, Edilázio Júnior e Francisca Primo informaram que foram procurados pelos concursados, que pediram o apoio dos parlamentares em favor da sua convocação.

A presidente do TJMA reconheceu a necessidade de novas contratações e informou aos deputados que o Judiciário precisa do reforço de mais 94 juízes de direito para que possa instalar varas judiciais já criadas por lei e de mais de 120 servidores, mas não há condições orçamentárias e financeiras para as nomeações.

"Ninguém mais que o Poder Judiciário tem o interesse em chamar esses servidores, mas não há como nomeá-los sem que haja disponibilidade financeira na folha de pagamento. Estamos tratando com o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento, a nomeação imediata de pelo menos 120 servidores, em caráter de urgência", declarou Cleonice Freire.

A desembargadora agradeceu a participação dos parlamentares na discussão e disse que o apoio da Assembleia é necessário para a solução da falta de pessoal enfrentada principalmente pela Justiça de 1º grau.

O deputado Neto Evangelista pediu informações ao Tribunal sobre a possibilidade de nomeação de novos servidores. Ao final da reunião, o deputado Bira do Pindaré (PSB) ressaltou que há uma ansiedade entre os concursados, mas há também um esforço do Tribunal para resolver a situação. "A presidente do TJMA esclareceu bem a situação e tem o nosso pleno apoio", declarou.

Já o deputado Edilázio Júnior (PV) sugeriu um contato mais próximo entre o Judiciário e a o Legislativo estadual no sentido de acompanhar as iniciativas de interesse da magistratura e dos servidores.

COMISSÃO - Durante a reunião, o diretor-geral do TJMA, Hebert Leite, informou que recebeu uma comissão de concursados em 19 de março, quando foram informados da impossibilidade de o Tribunal efetuar convocações sem que houvesse o suporte orçamentário e da prorrogação do prazo inicial de validade do concurso (abril de 2014), por mais dois anos.

O diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, advertiu que antes de preencher novas vagas o Tribunal deve abrir concurso interno de remoção entre os funcionários da ativa, por determinação do Conselho Nacional de Justiça.

Justiça decreta preventiva de 57 detidos em operação da Seic

Todos responderão por formação de quadrilha, entre outros crimes pelos quais eram procurados.



A Justiça do Maranhão decretou a prisão preventiva dos integrantes da facção do Primeiro Comando do Maranhão (PCM) que foram detidos durante a operação feita pelos agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) na última sexta-feira (14), na Apaco, área da Cidade Operária. Todos responderão por formação de quadrilha, entre outros crimes pelos quais eram procurados.

O subdelegado-geral da PC, Marcos Afonso, falou que a prisão foi assinada pelo juiz Ronaldo Maciel, ainda durante o final de semana e, dos 82 detidos, apenas 57 tiveram a prisão decretada. Eles irão responder, no primeiro momento, por integrar facções criminosas e corrupção de menores. Em relação aos adolescentes, que foram apreendidos, todos foram entregues aos seus familiares, mas vão responder por participarem de facções.

O delegado informou, também, que há cinco delegados da Seic investigando o caso. Eles têm um prazo de 10 dias para enviar o inquérito para a Justiça. Dentre os conduzidos, existem foragidos da Justiça e de alta periculosidade, como Carlos André da Silva, conhecido como "Monobloco", e Rogério de Jesus Melo, o "São Jorge". "Os conduzidos que saíram o mandado de prisão estão recolhidos no Centro de Triagem de Pedrinhas e estão à disposição da Justiça. Eles participam de um churrasco, pois festejavam as ações criminosas e estavam planejando outras ações", disse Marcos Afonso.

Para mais informações, acesse ao blog de Daniel Matos clicando aqui.

Educação de menores em conflito com a lei deve ser garantida pelo Estado



O Estado do Maranhão deve fornecer ou garantir a continuidade de escolarização (educação infantil, ensino básico e fundamental) - diretamente ou por meio de convênio com o município de Imperatriz - aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau (Comarca de Imperatriz), contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determinação atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

DEFESA - Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo - de acordo com a sua conveniência e oportunidade - a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta quaisquer dos princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e da oportunidade.

O magistrado citou parecer do Ministério Público, destacando a dimensão objetiva do direito da criança previsto na Carta Magna, que não permite ao Poder Executivo ficar inerte quanto ao cumprimento do seu grave dever constitucional de dar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente, sob a invocação do princípio da separação dos poderes.

Justiça maranhense determina retorno do prefeito de Alto Alegre do Pindaré ao cargo

Em decisão monocrática proferida nessa terça-feira (18), o desembargador Raimundo Barros cassou a liminar que confirmava a cassação, por improbidade administrativa, do prefeito de Alto Alegre do Pindaré, Atenir Ribeiro.

Atenir Ribeiro foi cassado em novembro do ano passado, pela Justiça de 1º grau, que atendeu pleito do Ministério Público em Ação de Improbidade Administrativa ajuizada junto ao Poder Judiciário.

Na ação, o MP acusou o prefeito de ferir os princípios da impessoalidade, moralidade, boa-fé administrativa, legalidade e eficiência no serviço público por decretar, de forma desnecessária, situação de emergência no município de Alto Alegre do Pindaré.

"Logo, em juízo de cognição sumária, reconsidero a decisão proferida em sede de Plantão Judicial de 2º grau, e por sua vez indefiro a liminar requerida, eis que não existem razões suficientes para suspensão do julgamento dos Embargos Declaratórios nº 6.908/2014, devendo ser mantida a decisão colegiada proferida pela 1ª Câmara Cível do Tribunal deste Tribunal de Justiça", assinala Barros em sua decisão.

O magistrado determinou que os autos sejam redistribuídos para sua relatoria, de forma originária, em razão da prevenção, devido a conexão com o Mandado de Segurança nº 10.417/2014, que envolve as mesmas partes, pedido e causa de pedir

Comissão criada pela Sejap visita obras de Presídio de Segurança Máxima em São Luís



Uma Comissão formada por setores do poder público e sociedade civil visitou, na segunda-feira (18), as obras de construção do Presídio de Segurança Máxima em São Luís. Acompanhada do secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, a comissão analisou a situação das obras.

Criada pela secretária de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), em outubro do ano passado, para acompanhar a execução de projetos de reforma, ampliação e reaparelhamento do Sistema Penitenciário do Maranhão, a comissão, sob comando do engenheiro Glimm Marcos, passou por todos os setores em construção. Em cada local foi explicado como estavam sendo realizados os serviços, a forma de ventilação e materiais utilizados na construção.

O secretário Sebastião Uchôa destacou a velocidade do trabalho e se disse otimista quanto ao término. "É um passo importante para a implantação de um novo modelo no sistema prisional do Maranhão", pontuou.

O engenheiro Glimm Marcos explicou que as alas carcerárias feitas com monoblocos de concretos vieram da cidade de Porto Alegre e que todo o resto do presídio está sendo construído por profissionais maranhenses, em sua maioria, da comunidade que está sendo erguida a unidade prisional. "Apesar de alguns imprevistos, entre os quais as chuvas, estamos com cerca de 50 % das obras em andamento. O trabalho segue inclusive nos finais de semana para que a obra seja entregue no prazo previsto", disse.

Para a Juíza Titular da 1ª Vara de Execuções Penais da capital, Ana Maria Almeida, o acompanhamento da

comissão às obras é fundamental. "Esperamos a conclusão para que se inicie esse novo modelo de carceragem no estado".

Presentes à visita, o subsecretário e o adjunto da Sejap, Mário Leonardo e Kécio Rabelo; representando o juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Fernando Mendonça, entre outros representantes de órgãos de secretarias de estado, poder Judiciário, Ministério Público e sociedade civil.

Presídio de Segurança Máxima

O Presídio de Segurança Máxima contará com 479 vagas sendo dividido em quatro blocos para celas coletivas, para até oito internos; dois para celas disciplinares que garantem até dois internos; triagem e ainda celas para portadores de deficientes especiais (PEN). Cada bloco contará com seu solário, local em que é realizado o banho de sol.

As alas das carceragens são feitas com monoblocos de concretos que , segundo a engenheira da Sejap, Cristiane Guimarães, são quatro vezes mais resistentes e impossíveis de escavar um túnel manualmente.

Além de toda estrutura da carceragem, a unidade prisional contará com setor administrativo, de saúde, psicológico, refeitório, lavanderia, alojamento para servidores e local para o parlatório e atendimento jurídico disponível em cada bloco. Para os agentes e monitores da unidade serão feitas passarelas entre as alas para que a circulação dentro do presídio seja segura e eficaz.

Educação de menores em conflito com a lei deve ser garantida pelo Estado



A 3ª Câmara Cível reconheceu a responsabilidade civil do Estado (Foto:Ribamar Pinheiro)

O Estado do Maranhão deve fornecer ou garantir a continuidade de escolarização (educação infantil, ensino básico e fundamental) - diretamente ou por meio de convênio com o município de Imperatriz - aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau (Comarca de Imperatriz), contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determinação atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

DEFESA - Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo - de acordo com a sua conveniência e oportunidade - a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta quaisquer dos princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e da oportunidade.

O magistrado citou parecer do Ministério Público, destacando a dimensão objetiva do direito da criança previsto na Carta Magna, que não permite ao Poder Executivo ficar inerte quanto ao cumprimento do seu grave dever constitucional de dar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente, sob a invocação do princípio da separação dos poderes.

TJ/MA

Ouvidoria do Judiciário promove audiência pública em Caxias

Paulo Velte diz que a Ouvidoria quer ouvir as manifestações do cidadão (Foto:Ribamar Pinheiro)

Ouvidoria do Judiciário promove audiência pública em Caxias Serão discutidos os serviços prestados pela Justiça Estadual nas comarcas de Caxias, Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon

18
MAR
2014
11:19

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do polo judicial de Caxias - o terceiro maior do Estado -, no dia 27 de março, às 19 horas, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região - Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

De acordo com o ouvidor-geral, desembargador Paulo Velten, a audiência será a primeira de uma série de ações a serem desenvolvidas pelo órgão visando uma maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

“É no contexto da Justiça democrática de proximidade que se avulta o papel da Ouvidoria, que não deve ser um órgão de representatividade apenas, mas que incorpora as suas ações ouvindo a manifestação do cidadão e recebendo o que se pode trazer de novidade ao Judiciário. Aí está a grande questão”, assinala.

Dados da Ouvidoria demonstram que reclamações sobre a morosidade processual correspondem a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos diversos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

“Já temos um panorama. A ideia é discutirmos as soluções com os juízes”, adianta Paulo Velten.

As manifestações apresentadas na audiência serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil.

Além da comunidade, o evento contará com a participação de magistrados, advogadas, integrantes do Ministério Público, entidades de classe, membros dos poderes Legislativo e Executivo, dirigentes de instituições, entre outros.

Corregedora recebe comissão de cartorários

17/03/2014

Desembargadora Nelma Sarney destacou abertura para o diálogo

Corregedora recebe comissão de cartorários

17

MAR

2014

18:19

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, recebeu, nesta segunda-feira (17), uma comissão formada por cartorários de seis municípios do Estado. O objetivo do encontro foi tratar de questões relativas às serventias extrajudiciais, unidades que são responsáveis, dentre outras atividades, pela prática de registros de imóveis, emissão da certidão de nascimento e de óbito.

Esta é a quarta reunião em que a desembargadora Nelma Sarney recebe uma comissão de cartorários para discutir assuntos de interesse da categoria. “Estamos realizando uma gestão de portas abertas para ouvir propostas e discutir melhorias dos diversos serviços prestados à sociedade”, ratificou a corregedora.

Na pauta de reivindicações estava a instalação das unidades de atendimento interligadas, que são postos de emissão da certidão de nascimento que vão funcionar em, pelo menos, 32 maternidades do Estado. As unidades são instaladas por meio de uma parceria entre a Corregedoria e a Secretaria de Direitos Humanos do Maranhão (Sedihc)

Outra reivindicação foi a revisão no repasse do Fundo Especial de Registro Civil (Ferc), atualmente um pouco acima de R\$ 12,00 por ato realizado, destinado aos cartórios que realizam atividades de natureza civil. Nelma Sarney esclareceu que o valor por cada ato é repassado integralmente a todos os cartórios, explicando que em outros estados, apesar de previsão legal estipulando limite maior do valor, o repasse não é garantido em sua integralidade.

A desembargadora disse ainda que qualquer alteração à legislação vigente relativa ao repasse do FERC depende de lei estadual, o que também é um processo demorado. Nelma Sarney afirmou que já seguirá para análise de sua assessoria, com apoio da Diretoria do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), um projeto para verificar a viabilidade de adequações dentro das competências da Corregedoria, sem precisar de alterações na lei.

A juíza corregedora, Oriana Gomes, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos e fiscalização das serventias extrajudiciais, ratificou o apoio que a Corregedoria da Justiça se propõe a oferecer ao bom andamento dos trabalhos dos cartórios do Maranhão. “Conte sempre com nosso apoio no sentido de buscarmos melhorias na prestação dos serviços ao cidadão”, pontuou a magistrada.

O cartorário Devanir Garcia, do 2º ofício de Açailândia, lembrou da importância social que os cartórios

desenvolvem, destacando a emissão da certidão de nascimento como um documento garantidor da cidadania. “O baixo valor do repasse tem inviabilizado a titularização de pessoas aprovadas em concurso. Alguns municípios possuem arrecadação muito baixa, fato que se agrava considerando o valor do repasse atual”, disse Garcia.

Estado deve garantir educação de menores em conflito



O Estado do Maranhão deve garantir a continuidade de escolarização, educação infantil, ensino básico e fundamental, por meio de convênio com o município de Imperatriz aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau da Comarca de Imperatriz, contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determinação atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo, de acordo com a sua conveniência e oportunidade, a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta os princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e da oportunidade.

O magistrado citou parecer do Ministério Público, destacando a dimensão objetiva do direito da criança previsto na Carta Magna, que não permite ao Poder Executivo ficar inerte quanto ao cumprimento do seu grave dever constitucional de dar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente, sob a invocação do princípio da separação dos poderes.

Estado deve garantir educação de menores em conflito



O Estado do Maranhão deve garantir a continuidade de escolarização, educação infantil, ensino básico e fundamental, por meio de convênio com o município de Imperatriz aos adolescentes e jovens que estejam internados provisoriamente ou em cumprimento de medida de internação.

A decisão é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que confirmou sentença de 1º Grau da Comarca de Imperatriz, contemplando menores em conflito com a lei do Centro de Juventude Semear e aqueles que cumprem medida de semiliberdade no Centro de Juventude Cidadã. A determinação atende pleito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em Ação Civil Pública interposta junto ao Poder Judiciário.

Na apresentação de sua defesa, o Estado apontou a violação do princípio da separação dos poderes, alegando que cabe ao Executivo, de acordo com a sua conveniência e oportunidade, a realização de seus atos. Solicitou, ainda, a redução do valor da multa diária.

O relator do processo, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que a sentença judicial não afeta os princípios da Administração, muito menos os da discricionariedade, da conveniência e da oportunidade.

O magistrado citou parecer do Ministério Público, destacando a dimensão objetiva do direito da criança previsto na Carta Magna, que não permite ao Poder Executivo ficar inerte quanto ao cumprimento do seu grave dever constitucional de dar absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente, sob a invocação do princípio da separação dos poderes.

Ouvidoria do Judiciário tem alto número de reclamações

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão promoverá audiência pública com a população do polo judicial de Caxias, o terceiro maior do Estado, no dia 27 de março, às 19 horas, no fórum da cidade, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações sobre os serviços da Justiça Estadual oferecidos nas comarcas da região de Coelho Neto, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon.

Dados da Ouvidoria demonstram que o número de reclamações é alto, chegando até a 77% do total das manifestações recebidas por meio dos canais disponíveis ao cidadão. A segunda queixa diz respeito ao atendimento dos servidores.

As manifestações apresentadas na audiência serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas.

Além da comunidade, o evento contará com a participação de magistrados, advogadas, integrantes do Ministério Público, entidades de classe, membros dos poderes Legislativo e Executivo, dirigentes de instituições, entre outros.

O Fórum Desembargador Arthur Almada Lima fica na Avenida Norte-Sul, Lote 02, Cidade Judiciária, Campo de Belém.

95 audiências agendadas para a Semana Nacional do Júri no Maranhão



Acontece essa semana em todo o país, a Semana Nacional do Tribunal do Júri, e para comentar o assunto, o Bom Dia Maranhão recebeu nesta terça-feira, (18), o juiz da corregedoria Mário Marcio Almeida.

Um dos objetivos da Semana Nacional é dar visibilidade aos processos, priorizando os processos de crimes dolosos, e todas as comarcas com competências para esse tipo de julgamento deverão promover o evento anualmente.

No total conforme o corregedor são 100 processos e a maioria estão nas comarcas da Capital, onde 96 processos do Tribunal serão realizados no interior. Os processos estão distribuídos nas varas criminais e nas varas do Tribunal do Júri.

O corregedor afirmou também que, os juízes terão maior liberdade para o agendamento dos processos e conduzi-los. A semana está sendo coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Vídeo: Mutirão de Conciliação vai realizar 80 audiências

A 4ª Vara da Família de São Luís realiza durante toda esta semana o Mutirão da Conciliação. Só no primeiro dia foram 20 audiências presididas por duas juízas no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Imperatriz terá o primeiro centro de conciliação empresarial do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Imperatriz, instala na próxima segunda-feira (17) o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos voltado para o setor empresarial do Maranhão. A solenidade de instalação acontecerá, às 17 horas, no Centro de Convenções de Imperatriz - onde funcionará a unidade, que atenderá mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) da segunda maior cidade do Estado.

No centro, os empresários poderão negociar suas demandas, tais como pagamento de dívidas e eventuais problemas com credores e fornecedores e, ainda, obter informações e acesso sobre direitos e oportunidades (linhas de financiamento, renegociação de dívidas e cursos de aprimoramento) disponibilizadas pela Associação Comercial, Federação das Indústrias, Sebrae e outras entidades parceiras.

O coordenador dos Centros de Conciliação, juiz Alexandre Abreu, destaca a importância e o diferencial da nova unidade em Imperatriz. "Esse centro será diferente dos demais, voltados aos cidadãos, porque possibilitará o estreitamento de relações entre as entidades parceiras e as empresas associadas. Afinal, a Associação Comercial é um órgão representativo de grande número de empresas que fomentam a economia de Imperatriz", enfatiza.

Cidadãos - Para solucionar os conflitos dos cidadãos, a população de Imperatriz dispõe de outros dois centros de conciliação, um em funcionamento na Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e outro na Faculdade de Imperatriz (FACIMP).

Nos locais, são recebidas demandas pré-processuais (casos que ainda não chegaram à Justiça) e também processuais (que já têm ação judicial em andamento) nas áreas cível, de família e fazenda pública. Não há limite de valor da causa. Os centros promovem a audiência com conciliadores e mediadores capacitados pelo TJMA e sob a orientação e supervisão do juiz coordenador. O setor também presta serviços de atendimento e orientação de problemas jurídicos ao cidadão.

Em São Luís, existem cinco centros instalados na Rua do Egito, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), dois na Faculdade Uniceuma (Campus I e II) e um na FACAM. No interior do estado, há dois em Imperatriz, um em Balsas, dois em Bacabal e dois em Caxias.

Ainda neste semestre, deverão ser implantadas novas unidades, na faculdade UNDB, na FIEMA, em Chapadinha e, no decorrer do ano, em instituições como a UFMA e a Associação Comercial de São Luís e em diversos municípios do Estado.

Lançamento - Durante o evento, haverá também o lançamento do livro "O Gigante Acordado", do juiz Márlon Reis (comarca de João Lisboa), conhecido nacionalmente por ser um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa.

MP debate situação carcerária em Açailândia

Açailândia - A execução de pena pelos apenados em regime semiaberto e aberto no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Açailândia foi tema de reunião, no dia 10 de março, promovida pela 6ª Promotoria de Justiça da comarca, que tem como titular a promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia.

Com a presença de representantes do Judiciário, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária e entidades envolvidas com a questão do sistema penitenciário foram abordados assuntos como a criação do Conselho da Comunidade, conforme prevê a Lei de Execução Penal, bem como da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) e do Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numeq).

Já instalado em Imperatriz, o Numeq tem o papel de realizar o monitoramento de visitas e acompanhamentos dos egressos, principalmente com relação ao descumprimento dos albergados nos regimes abertos e semiabertos. Durante a reunião foi decidido que seria buscado um local adequado para cumprimento de penas do semiaberto e aberto, já que a comarca conta apenas com um Centro de Detenção Provisória que abrange todos os regimes de cumprimento de pena.

Acionado por meio de ofício da 6ª Promotoria, o secretário municipal de Administração de Açailândia, José Fernandes da Conceição, atendeu ao pedido disponibilizando uma sala da prefeitura para funcionamento do Núcleo de Assistência aos Egressos.

Outros assuntos

A remissão da pena (instituto pelo qual se dá como cumprida parte da pena por meio do trabalho do condenado) com atividades de música e leitura pelos apenados também foi discutida. O juiz da 5ª Vara de Açailândia, Pedro Guimarães Júnior, disse que irá editar portaria para regulamentar a iniciativa, que já é aplicada em presídios federais.

Na reunião, ficou determinada a data do dia 28 de abril para a realização da audiência pública, na Câmara de Vereadores, que vai debater a criação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

O juiz Pedro Guimarães Júnior comprometeu-se em emitir as portarias e editais necessários para criação do Conselho da Comunidade, mecanismo de gestão da execução penal. Devendo existir em todas as comarcas, o conselho tem como atribuições: visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

I Semana Nacional do tribunal do Júri inicia na segunda-feira; 77 processos serão julgados em cinco dias

A próxima semana, entre os dias 17 e 21 de março, será de mobilização para o Poder Judiciário tocantinense, que juntamente com os demais tribunais do país, realizam a 1ª Semana Nacional do Tribunal do Júri. A ação, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), promoverá sessões plenárias do Tribunal do Júri, priorizando os processos de crimes dolosos contra a vida, com denúncias recebidas até 31 de dezembro de 2009.

Com a mobilização, serão julgados no Tocantins um total de 77 processos no decorrer de cinco dias, com a participação de 18 comarcas. A Comarca de Gurupi é a que apresenta o maior número de ações a serem julgadas, totalizando dez processos. De acordo com o desembargador Eurípedes Lamounier, gestor da Meta da Enasp no TJTO, a Semana Nacional promoverá mais celeridade no julgamento dos crimes dolosos.

O desembargador ainda explica que foram incluídas na mobilização sessões já previstas e outras que foram agendadas em função da Semana Nacional. "No Estado a Semana Nacional será uma continuidade do trabalho que já vem sendo desenvolvido a partir das edições do CNJ das Metas 2,3 e 4. No que envolve Tribunais do Júri, o Tocantins está bastante avançado e em breve estaremos zerando os processos estipulados pelas metas", afirma o gestor da Enasp.

Reconhecimento nacional

Como forma de incentivo e reconhecimento nacional, o CNJ conferirá selos de qualidade Enasp às unidades jurisdicionais de acordo com a quantidade de júris realizados na semana nacional:

** Selo Bronze: unidade judicial que realizar quatro sessões plenárias do tribunal do júri;*

** Selo Prata: unidade judicial que julgar 80% dos estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas;*

** Selo Ouro: unidade judicial que liquidar os estoques de ações penais em tramitação e ações penais suspensas.*